

CONCÍLIO VATICANO II  
REFLEXÕES SOBRE UM CARISMA EM CURSO

## Colecção COMUNIDADE E MISSÃO

- *O diálogo das religiões*, A. Torres Queiruga
- *Curso de preparação para ministérios leigos*, Diocese de Caxias do Sul
- *A Igreja do futuro e o futuro da Igreja: Perspectivas para a evangelização na aurora do terceiro milênio*, Agenor Brighenti
- *O ministério dos presbíteros-episcopos da Igreja do Novo Testamento*, Pe. Antonio José de Almeida
- *Discípulos e missionários: Reflexões teológico-pastorais sobre a missão na cidade*, Dom Benedito Beni dos Santos
- *A vocação: convite para servir*, Pe. José Dias Goulart
- *Vida Religiosa: Da convivência à fraternidade*, G. Colombero
- *Ovelha ou protagonista? A Igreja e a nova autonomia do laicato do século XXI*, Renold J. Blank
- *Herdeiros de Abraão*, Bradford E. Hinze e Irfan A. Omar
- *A unidade da Igreja: Ensaio de eclesologia ecumênica*, Elias Wolff
- *Acompanhamento de vocações homossexuais*, José Lisboa Moreira de Oliveira
- *Padres para amanhã: Uma proposta para comunidades sem Eucaristia*, Fritz Lobinger
- *Dicionário de Aparecida: 42 palavras-chave para uma leitura pastoral do Documento de Aparecida*, Paulo Suess
- *As noites de um profeta: Dom Hélder Câmara no Vaticano II*, José de Broucker
- *Para compreender o Documento de Aparecida: o pré-texto, o con-texto e o texto*, Pe. Agenor Brighenti
- *Fé viva: Como a fé inspira a justiça social*, Curtiss Paul DeYoung
- *Dom Helder Câmara: Um modelo de esperança*, Martinho Condini
- *Mártir da Amazônia: A vida da irmã Dorothy Stang*, Roseanne Murphy
- *Equipes de Ministros Ordenados*, Dom Fritz Lobinger, Pe. Antonio José de Almeida
- *A profecia na Igreja*, José Comblin
- *Leigos e leigas: força e esperança da Igreja no mundo*, Cezar Kuzma
- *Igreja: comunhão, participação, missão*, João Panazzolo
- *Discípulos e missionários na paróquia*, Luiz Gonzaga da Rosa
- *Diaconia da palavra: o ministério e a missão do diácono permanente*, Julio César Bendinelli
- *Encontro com Cristo: vencer medos, viver de esperança*, Bruno Carneiro Lira
- *Dom Helder Câmara: profeta para os nossos dias*, Marcelo Barros
- *Impulsos e intervenções: Atualidade da missão*, Paulo Suess
- *Por uma paróquia missionária à luz de Aparecida*, Gelson Luiz Mikuszka
- *O presbítero consagrado nos Institutos Seculares*, Giuseppe Forlai
- *Concílio Vaticano II: Reflexões sobre um carisma em curso*, João Décio Passos
- *O bispo*, Carlo Maria Martini

JOÃO DÉCIO PASSOS

CONCÍLIO VATICANO II  
REFLEXÕES SOBRE UM CARISMA  
EM CURSO



Direção editorial: *Claudiano Avelino dos Santos*  
Assistente editorial: *Jacqueline Mendes Fontes*  
Revisão: *Cícera Gabriela Sousa Martins*  
*Caio Pereira*  
Diagramação: *Dirlene França Nobre da Silva*  
Capa: *Marcelo Campanhã*  
Impressão e acabamento: PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil.)

---

Concílio Vaticano II: reflexões sobre um carisma em curso / João Décio Passos. — São Paulo: Paulus, 2014. — (Coleção Comunidade e missão)

Bibliografia.  
ISBN 978-85-349-3866-2

1. Carisma 2. Concílio Vaticano (2.: 1962-1965) - História 3. Cristianismo 4. Espírito Santo 5. Igreja Católica - História 6. Querigma I. Passos, João Décio. II. Série.

14-01417

CDD-262.52

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Concílio Vaticano 2º: História 262.52

1ª edição, 2014

© PAULUS - 2014  
Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 São Paulo (Brasil)  
Fax (11) 5579-3627 • Tel. (11) 5087-3700  
[www.paulus.com.br](http://www.paulus.com.br) • [editorial@paulus.com.br](mailto:editorial@paulus.com.br)  
ISBN 978-85-349-3866-2

# INTRODUÇÃO

Iluminada pela luz deste Concílio, a Igreja, como esperamos confiadamente, crescerá em riquezas espirituais e, recebendo a força de novas energias, olhará intrépida para o futuro (João XXIII, Discurso de Abertura do Vaticano II).

Talvez em nenhuma outra ocasião, tanto sentisse a Igreja a necessidade de conhecer, de aproximar-se, compreender, penetrar, servir e evangelizar a sociedade circundante, de a acolher, quase diríamos, de a socorrer em sua rápida e contínua transformação (Paulo VI, Homilia de encerramento do Vaticano II).

Os Concílios são momentos de revisão, afirmação e transmissão da tradição da Igreja feitas pelo Magistério que, em seu múnus de ensinar, exerce o mandato evangélico de levar a mensagem da Boa-Nova a todos os povos (cf. Lc 24,47-48), sob a guia do Espírito que conduz os discípulos à verdade (cf. Jo 16,13) e a coordenação primeira do sucessor de Pedro, a quem compete confirmar os cristãos na fé (cf. Lc 22,32) em comunhão com o colégio apostólico dos bispos de toda a Igreja. Evidentemente, nem tudo que foi formulado como doutrina de fé precisou de Concílio para fazê-lo. A grande tradição é, de fato, composta de conteúdos que recebem sua autoridade por outros meios institucionalizadores que vão acolhendo como verdade de fé consensos espontâneos construídos na comunidade cristã. Vale lembrar que o cristianismo nasceu de

um *querigma* – um anúncio acolhido como verdade salvífica – sem precisar de uma reunião que definisse a veracidade de seu conteúdo. Nesse ponto, entram em acordo a sociologia da religião, que afirma a origem carismática do grupo em torno de um líder portador de um dom extracotidiano (cf. WEBER, 1997, p. 857) e a teologia, que entende as origens cristãs como um dom de Deus realizado por Jesus Cristo na História e continuado pela força do seu Espírito na comunidade dos seguidores de hoje.

A figura do Concílio apareceu quando a comunidade cristã começou a sofrer crises de consenso em torno de alguma doutrina ou de alguma prática; em termos weberianos, quando o carisma começou a ser rotinizado, já não tinha a força consensual espontânea nem na força da palavra do líder ou dos líderes da primeira geração. E para o estabelecimento do consenso já não bastava a experiência da salvação vivenciada pela comunidade, agora distante de seu nascedouro original. Era necessário, então, que a razão entrasse em cena para esclarecer, fundamentar e definir o que devia ser aceito como bom e verdadeiro pela comunidade de fé, de modo a ser fiel às suas origens e a preservar vivo o carisma que daí recebera.

Nesse processo histórico, nascem a tradição, a doutrina e o dogma e, ao mesmo tempo, apresenta-se a figura do líder legítimo para definir em nome de todos os membros da comunidade a verdade a ser seguida. E tanto a verdade quanto o líder se legitimam à medida que expressam seus vínculos diretos com o carisma em *status nascendi*. O hoje da fé se fundamenta na experiência vivenciada pelo grupo que recebeu e testemunha o carisma da salvação. Na tradição, as coisas acontecem na linha da continuidade do fato fundante do passado, do tempo primeiro que, por sua força, faz tudo começar de novo e se torna o marco para o que vem depois.

A tradição é a transmissão fiel do carisma no presente; tem a função de mantê-lo vivo no tempo e no espaço pela

graça de sua própria força que continua jorrando. O líder religioso é, por sua vez, guardião da tradição à medida de sua fidelidade ao carisma (de voltar às fontes), mas também de sua capacidade de atualizá-lo no presente (fazer memória) e de interpretá-lo (ensinar coerentemente).

Na perspectiva da fé, o cristianismo se liga à sua fonte original pela ação do Espírito Santo, que cria e sustenta a comunidade dos seguidores de Jesus Cristo. A obra lucana entende o tempo da Igreja como o tempo do Espírito que sustenta e orienta a comunidade cristã, mantendo-a ligada ao próprio Jesus Cristo (cf. Lc 24,49). O mistério da salvação realizado em Jesus Cristo continua presente pela ação do Espírito Santo na comunidade dos seguidores. A construção dos consensos realizada na comunidade tem sua legitimidade nessa presença do Espírito que liga o ontem ao hoje e que reveste os apóstolos de autoridade para falar em nome de Jesus. A tradição de realizar Concílios nos momentos de definição dos rumos da comunidade cristã tem essa teologia de fundo: a autoridade que vem do próprio Espírito. “Porque decidimos, o Espírito Santo e nós...” (At 15,28), explica a Carta do Concílio de Jerusalém. Também João XXIII denomina o Vaticano II como “novo pentecostes”. E ao comunicar a intenção de convocar um Concílio assim se expressa: “Foi uma surpresa: uma irradiação de luz sobrenatural; uma grande suavidade nos olhos e no coração”. E afirma que os Concílios são a “celebração solene da união de Cristo com sua Igreja” (Discurso de Abertura).

A Igreja católica se orientou historicamente pelos Concílios como um recurso extraordinário para estabelecer consensos de fé na comunidade, quando ela se via sob o risco de dissensos internos e de ameaças externas. Portanto, na maioria das vezes os Concílios tiveram a função de criar consensos de fé, corrigindo, para tanto, desvios de posturas, reagindo a erros e definindo regras e rumos para o conjunto da Igreja. A figura dos Concílios delata, certamente, a vocação

histórica do cristianismo católico, ou seja, sua capacidade de manter o carisma cristão em cada contexto, fazendo revisões, adaptações e discernimentos. Não é outro o significado e a própria dinâmica do que se chama tradição no cristianismo e, particularmente, na Igreja católica.

Contudo, os Concílios Vaticano I e Vaticano II tiveram motivações e funções próprias no tocante à relação da Igreja com a História. Foram convocados mais pela força do contexto da modernidade que propriamente por questões doutrinárias específicas a serem definidas. Podemos dizer que são os Concílios da construção da consciência histórica eclesial no contexto das mudanças ocorridas pelas revoluções modernas. O primeiro visou reagir aos avanços da modernidade e permaneceu na postura reativa e restritiva em relação aos males modernos. O resultado foi a afirmação da Igreja como espécie de centro da verdade, tendo como âncora segura a infalibilidade do papa, desde então definida como dogma. O segundo, na posição exatamente inversa, pretendeu dialogar com a modernidade. O resultado dessa virada copernicana foi a revisão da postura da Igreja em relação ao mundo moderno de um modo geral. Uma nova concepção da relação entre a Igreja e o mundo, entre a fé e a ciência, entre a Igreja e as religiões vai, de fato, resultar em novas referências para a compreensão da própria Igreja em sua missão dentro do mundo moderno, em suas fontes bíblicas e suas ações sacramental e pastoral.

O Concílio Vaticano II abriu uma nova era para a Igreja católica. Foi um momento de elaboração, consenso e definição que acolheu décadas de reflexão e de práticas que haviam insistido no diálogo com o mundo moderno e sofrido restrições e condenações da própria direção da Igreja. Significou, portanto, um ponto de chegada que desafogou gritos presos nas gargantas de muitos cristãos, fez justiça a teólogos antes execrados e realizou expectativas de cristãos leigos sobre suas atuações no mundo da política e da cultura. Enquanto



ponto de chegada, o Vaticano II significou um grande avanço na autocompreensão da Igreja, bem como na compreensão do mundo moderno e de sua prática pastoral. Possibilitou uma modernização tardia na Igreja, acolhida com euforia pelos que viam na modernidade valores antropológicos e teológicos e com pavor por seus adversários, que viam nela tão somente ameaças para a fé cristã. Contudo, enquanto ponto de partida, o processo de renovação conciliar vai abrir espaço para uma diversidade de interpretações e práticas que buscarão hegemonia dentro da Igreja, todas em nome do mesmo Concílio e por fidelidade ao mesmo consenso. De fato, é o pós-Concílio que dispõe a história real dessas mudanças, potencialmente lançadas em 7 de dezembro de 1965. O efeito histórico do Concílio desencadeia uma sucessão de interpretações sobre seus resultados, a partir de distintos contextos eclesiais em vão sendo aplicados-compreendidos (cf. GADAMER, 1997, p. 449-458). E não será uma construção hermenêutica neutra, mas, ao contrário, uma luta por instaurar uma hegemonia de sentido àquele fato fundamental. Nesse sentido, o pós-Concílio irá revelando os significados explícitos e implícitos do evento, suas potencialidades e seus limites, enquanto evento de *aggiornamento* da Igreja na sociedade moderna. A chave do *carisma* aqui adotada para a leitura do evento conciliar tem, ao mesmo tempo, um sentido sociológico e teológico. O primeiro aspecto devedor da sociologia weberiana (cf. WEBER, 1997, p. 193-201; 847-882) permite compreender a disputa pela leitura legítima das definições conciliares, jogo inerente ao processo de institucionalização, particularmente do cristianismo que pretende atualizar seu carisma fundante na História, porém dentro de uma estrutura de poder tradicional. Todo carisma tende a institucionalizar-se, mas também a emergir de novo como fonte pura de renovação das estruturas tradicionais. O segundo aspecto emite juízo sobre as mudanças históricas da Igreja ao adotar o Concílio como dom do Espírito Santo e,

portanto, como um fato capaz de contribuir com a fidelidade da Igreja à sua missão primordial de seguidora de Jesus Cristo e comunicadora de sua Palavra de salvação em cada tempo e lugar. Com esse duplo olhar, se pode afirmar que o Vaticano II é um *carisma em curso*. Como já formularam os medievais, *a fé busca compreensão*. Em termos históricos e políticos, equivale dizer: *a vivência original da experiência cristã busca organização*. E a mesma dialética operada entre o crer e o compreender pode ser observada entre o carisma e a instituição. Pode-se dizer que também aqui, as formas de organização institucional são servas do carisma; visam viabilizá-lo de maneira coerente, clara e eficiente dentro da História que muda.

Os Concílios são momentos de definição e esclarecimento da identidade da Igreja, mediante processos de institucionalização de determinados conteúdos orientadores de si mesma e de sua ação. O aspecto da identidade revela que a Igreja é uma construção histórica permanente; confirma o velho princípio *Ecclesia semper renovanda*. Mesmo quando se afirma o antigo, a Igreja está construindo a si mesma dentro das pressões ou das solicitações da História, que muda incessantemente. Está fazendo a si mesma como distinta e, ao mesmo tempo, sintonizada com as demandas históricas. A construção de uma identidade, explica o sociólogo Manuel Castells, “se vale da matéria prima fornecida pela História, Geografia, Biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (2001, p. 23). Os vinte e um Concílios realizados pela Igreja construíram e reconstruíram a identidade cristã-católica, certamente com todos esses elementos, afirmando mais a um ou outro, a depender do objetivo de cada um deles. Um fato é certo: a) a Igreja, como instituição portadora de um carisma religioso, tem que responder às dinâmicas da História com conteúdos fortes o suficiente para fazê-la subsistir em cada contexto

como legítima, verdadeira e relevante para a sociedade; b) para concretizar essa resposta, retira a matéria prima de sua própria tradição e também da História; c) o resultado é um novo conteúdo institucional, uma identidade definida e afirmada perante o mundo e perante si mesma.

Manuel Castells classifica as identidades em três tipos: a *identidade legitimadora*, que visa afirmar o poder de uma instituição perante outros atores sociais; a *identidade de resistência*, construída por atores que se encontram em posições desvalorizadas ou ilegítimas; a *identidade de projeto*, que pretende definir uma posição perante a sociedade (2001, p. 24). A relação da Igreja com as conjunturas históricas definiu a tendência dos Concílios de modo mais nítido para um desses tipos, embora todos possam aparecer no processo e no resultado final. Evidentemente alguns Concílios tenderam para a afirmação de uma identidade legitimadora da Igreja, como o caso de Trento perante a Reforma protestante ou do Vaticano II perante a modernidade. Outros podem ter afirmado a Igreja como resistência perante as pressões da História, sobretudo quando ela constituía uma minoria, caso do Concílio de Jerusalém ante o judaísmo oficial. Não faltaram Concílios que se definiram claramente como projetos de construção de uma nova identidade para a Igreja, sem se opor ao mundo externo como força política legitimadora ou como resistência. Certamente os primeiros Concílios se enquadraram, de uma forma geral, nessa tipologia, uma vez que pretendiam formular a fé cristã utilizando-se explicitamente das categorias do pensamento grego. Mas, é, sem dúvidas, o Vaticano II o que melhor expressa a ideia de um projeto que veio para oferecer uma proposta cristã ao mundo moderno, sem posição de afirmação de poder ou de resistência. O papa João XXIII dizia, em seu Discurso de Abertura, que o Concílio não visava afirmar uma doutrina específica nem mesmo condenar erros, como muitos do passado, mas que a tradição cristã fosse exposta em sintonia

com as indagações e formulações do pensamento moderno. O propósito do *aggiornamento* era um projeto que se iniciava naquele momento: “O Concílio que agora começa surge na Igreja como dia que promete a luz mais brilhante”. E Paulo VI dirá que “não é no cansaço que se encerram seus trabalhos, mas na vitalidade que este sínodo universal despertou, e que, no período pós-conciliar, com a ajuda de Deus, se dedicarão a tais questões generosas e ordenadas energias” (Homilia da Missa de Encerramento do Vaticano II). E completa: “O Concílio não nos obriga tanto a olharmos para trás, a considerarmos o ato de sua celebração, senão que nos obriga a considerarmos a herança que ele nos deixou, e que está presente e perdurará pelo futuro” (Audiência de 12/01/1966).

O projeto do Vaticano II lançou a Igreja em uma rota histórica de construção de sua própria identidade no contexto do mundo moderno ambíguo, ou seja, marcado por erros e conquistas virtuosas para a humanidade. Essa tarefa tensa e criativa marcou os anos pós-conciliares e, ainda, revela suas potencialidades e defasagens em nossos dias, mesmo que cinquenta anos já se tenham passado.

Contudo, parece haver um paradoxo inerente aos Concílios renovadores, realizados com o objetivo de instituir mudanças em compreensões e práticas eclesiais. Ora, o contrassenso de institucionalizar renovações significa que se coloca sob mecanismos normatizadores aquilo que pretendeu recriar de algum modo a própria instituição ou, ao menos, aspectos dela e, muitas vezes, renovar a própria norma com seus mecanismos. Entregar a renovação à gestão da norma, sobretudo no caso das burocracias estáveis e bem estruturadas, é como entregar o galinheiro à guarda da raposa; é transformar a força viva em norma, o impulso do carisma em regra fixa. A renovação é, por natureza, um processo que tem seu curso e sua temporalidade de concretização nos quais predominam o ensaio e o erro, a adaptação progressiva e, por fim, a reconfigu-

ração de uma determinada ordem. Nesse sentido, um Concílio renovador é como o estancamento do fluxo contínuo de um rio para conter suas águas em um espaço visível e volumoso. A água permanece ali num espaço determinado, pode ser utilizada, mas só para quem pode acorrer a ela. O represamento aguarda o usuário. O rio leva suas águas a quem dela necessita e pode até mesmo invadir espaços imprevisíveis com sua força torrencial. Mas, também é verdade que a represa pode transbordar com o passar do tempo, de forma que as águas podem não somente transbordar suas comportas como arrebenhá-las. Talvez estejamos vivendo essa realidade nos últimos tempos. O surpreendente papa Francisco abriu comportas com seus gestos e palavras desde que apareceu na sacada do palácio apostólico, na Praça de São Pedro. Mostrou-se um autêntico filho do Vaticano II, levando à radicalidade a intuição conciliar da Igreja pobre e dos pobres, a Igreja servidora; as reformas até agora por ele conduzidas são buscas das fontes conciliares, da vontade explícita ou da intuição fundamental do Concílio de colocar a Igreja a serviço da humanidade e em diálogo com as diversidades que a caracterizam (cf. *Evangelii Gaudium*).

As reflexões que compõem o presente trabalho, embora nascidas em diferentes momentos e contextos, pretendem agora formar um conjunto estruturado em três eixos principais, os quais pretendem expor a dinâmica e o resultado do Vaticano II. O primeiro examina os aspectos histórico e hermenêutico do Concílio. Uma vez concluídos os trabalhos conciliares, com a promulgação das constituições, dos decretos e das declarações, iniciou-se o Concílio do povo de Deus espalhado pelo mundo: o processo de implantação de suas orientações pelos diversos sujeitos eclesiais nos mais variados contextos. Esse tempo trouxe à tona as interpretações sobre o significado, o alcance e os limites das decisões conciliares. De modo tipológico, esta primeira parte apresenta três leituras produzidas sobre o sentido das decisões conciliares como expressão de três forças: a

força de renovação, que entende o *aggiornamento* pretendido pelo Concílio Vaticano II como uma tarefa de reconstrução da Igreja em sua relação com o mundo; a força de conservação, que pretende colocar as decisões conciliares na continuidade com a tradição anterior, e vê como risco as renovações da ideias e práticas; e a força de superação, que entende que Concílio está superado e que deve ceder lugar a referências mais atualizadas capazes de colocar a Igreja em sintonia com o seu tempo. Evidentemente, essa tipificação não retrata de modo puro e exato as realidades eclesiais concretas; pretende oferecer tão somente referências para a leitura das tendências eclesiais que se configuraram nesses cinquenta anos de Vaticano II. Elas são forças reais, porém que podem se misturar de diversos modos em conjunturas concretas.

O segundo eixo, que compõe a segunda parte, diz respeito ao sujeito. Busca nessa categoria o embate da Igreja com os tempos modernos no antes, no durante e no pós-Concílio. Nesse ponto, é importante alertar para algumas distinções conceituais. Primeiramente para o próprio conceito de sujeito que se distingue do conceito de indivíduo. O sujeito pressupõe o indivíduo como consciência de si, mas exige para além dessa base primeira – posse do próprio eu – a possibilidade e o exercício da autonomia e da ação. O indivíduo fechado em si mesmo constitui a negação e a dissolução do sujeito e instaura o individualismo. Igualmente importantes são os conceitos de comunidade e de comunitarismo. Comunidade são os indivíduos relacionados em um grupo de referência que promove a autonomia de cada membro e solicita a participação de todos em função do bem comum. A comunidade isolada em sua identidade e definida em oposição ao mundo configura o que pode ser denominado comunitarismo. Também nessa configuração desaparece o sujeito em nome de uma lei maior que impõe suas regras seguras sobre cada membro. Essas noções estão presentes nas reflexões sobre

os processos de emergência e, sobretudo, de crise do sujeito dentro e fora da Igreja.

O conceito e a práxis do sujeito constituíram uma das bases da chamada modernidade, juntamente com uma nova racionalidade que se consolida sempre mais nos âmbitos da natureza e da História. Trata-se de um modo de ver e de atuar na realidade baseados nas ciências (que dispensa a interpretação religiosa), que afirma o domínio técnico sobre a natureza (com tecnologias cada vez mais avançadas) e o ordenamento da vida a partir da produção econômica (o mercado que se mundializa). O desenvolvimento dessa racionalidade configurou de modo acabado a modernidade, e mostrou seus limites nos diversos âmbitos da vida humana. Sua contradição fundamental é vista por muitos como o abandono do sujeito, base social, política e jurídica da modernidade, que possibilitou falar em liberdade e em igualdade, em direitos humanos, em liberdade religiosa, em direitos sociais etc. A modernidade nasceu com esse ideal e práxis, porém consolidou-se como racionalidade centrada no regime da produção-consumo. O indivíduo consumista assumiu o lugar do sujeito e tornou-se sempre mais o centro da vida social, política e religiosa. A Igreja acolheu o sujeito em sua prática e em sua definição a partir do Vaticano II. De modo semelhante ao que ocorreu na sociedade moderna, pode-se falar em emergência, consolidação e crise do sujeito na Igreja, respectivamente nos tempos que preparam, realizam e aplicam o Concílio. O leigo foi, de fato, assumido como sujeito eclesial com dignidade, autonomia e missão própria na Igreja, porém se encontra hoje eclesialmente retraído, seja perante o clericalismo que retoma sua centralidade na Igreja, seja perante um crescente individualismo religioso que afirma a experiência espiritual como exercício de um eu religioso satisfeito. Os dois primeiros capítulos desta parte são reflexões já publicadas, ora retomadas e aprofundadas a partir do conjunto das três temporalidades

do sujeito na Igreja. O Capítulo IV foi publicado em coletânea referente ao laicato no Vaticano II, também na Editora Paulus, e o Capítulo V, na *Revista Eclesiástica Brasileira* (Julho de 2013). Essas reflexões tiveram origem comum em reuniões realizadas com leigos e sobre essa temática, no âmbito do conselho Nacional dos Leigos do Brasil e da Comissão Episcopal para o Laicato da CNBB.

A terceira parte busca uma lógica de fundo do Vaticano II. Expõe o que denomina “pensamento conciliar”, evidentemente sem qualquer pretensão de síntese ou de sistematização completa. A postura de acolhida do outro distinto da Igreja – o mundo moderno com todas as suas configurações – como realidade fundamentalmente positiva com a qual a Igreja interage e busca servir é apresentada como o ponto de partida das reflexões conciliares. De modo consequente, o caminho do diálogo se apresenta como a via prática e teórica adotada pelos padres conciliares para compreender, interpretar e acolher o mundo. A Igreja posiciona-se como mestre, servidora, parceira e aprendiz do mundo moderno. É no mundo e com o mundo que entende cumprir sua missão de sacramento da salvação. Acolhedora e dialogante, a Igreja e o mundo se encontram inseridos, cada qual a seu modo, dentro do plano do amor universal de Deus: a comunhão de todas as coisas como destino final reservado pelo Criador-redentor. A Igreja é o *sinal* e o *instrumento* dessa unidade, e a partir daí se define e exerce sua missão.

Os três eixos pretendem entrar no texto e no contexto do Vaticano II na busca de seu propósito renovador, como logo observará o leitor. A tese defendida, ao mesmo tempo profissão de fé, de que o carisma renovador conciliar continua vivo em nossos dias perpassa as descrições e reflexões feitas com a ajuda frequente de mediações sociológicas. Insistir na atualidade do Vaticano II é afirmar, antes de tudo, o seu propósito fundamental: a Igreja está inserida na História em



diálogo com as construções humanas, e se apresenta como servidora da humanidade na busca do Reino de Deus. A Igreja deve perscrutar, em cada época e contexto, os sinais de Deus, e, a partir daí, exercer sua missão como continuadora do mistério da encarnação do Verbo de Deus na História. Nessa postura se encontram a mais genuína tradição e a mais profunda renovação.

As análises que seguem são focadas no evento, nas conclusões e nas aplicações do Vaticano II e enfrentam, por essa razão, o desafio de discernir essas temporalidades históricas com a fé e com a razão. A partir da fé, olha o Vaticano II como um dom do Espírito para a Igreja, dom atual que exige fidelidade ao seu espírito e a sua letra. A partir da razão, utiliza-se especificamente de mediações da sociologia, particularmente da sociologia weberiana, que fornece categorias úteis para discernir os processos históricos de mudança e de conservação dos carismas religiosos. São também utilizados outros autores que contribuem com a compreensão dos sujeitos eclesiais historicamente envolvidos na relação entre a Igreja e a sociedade moderna. Os recuos e as aplicações das categorias sociológicas visam desvelar os processos históricos que envolvem o evento conciliar no contexto das grandes transformações trazidas pelos tempos modernos. A Igreja se debateu com essas transformações na busca do melhor lugar ético e político para o carisma cristão no âmbito da nova realidade, assim como do melhor lugar para si mesma enquanto instituição tradicional. Em termos teóricos, trata-se, portanto, de uma abordagem interdisciplinar que transita entre a teologia e a ciência da religião sempre em busca de um significado histórico e eclesiológico para o Vaticano II. Contudo, é a mesma História vista pelo olhar da fé e da ciência, onde se encontram, sob o duplo olhar, o carisma conciliar e seus desdobramentos históricos, as interpretações construídas sobre o evento e a opção por afirmar seu intento renovador.

As análises aqui apresentadas não têm a pretensão de produzir uma obra original. Ao contrário, pretendem somente oferecer um roteiro de compreensão do maior evento religioso do século XX, evento que continua provocando o coração e a inteligência dos cristãos católicos na busca de seu significado e da melhor forma de fazer concretizar suas orientações no tempo presente.

Aquém dessas mediações teóricas, o estudo contou com as crônicas conciliares do teólogo e perito conciliar Boaventura Kloppenburg, publicadas durante o Vaticano II em 5 volumes, pela Editora Vozes (cf. Bibliografia). Essas crônicas foram fundamentais como fontes de informação para os debates e os discursos oficiais dos pontífices antes, durante e depois do grande evento. Vale alertar ainda para o uso das siglas referentes aos documentos conciliares, com frequência utilizadas no curso das reflexões. Conforme o padrão usual na literatura teológica católica, são utilizadas as letras iniciais dos Documentos quando citados no decorrer do livro, tais como DV para *Dei Verbum*, LG para *Lumen Gentium*, para *Gaudium et Spes*, GS, e assim por diante. Um agradecimento especial deve ser feito ao professor Wagner Lopes Sanchez pela leitura atenciosa e pelas oportunas sugestões durante os trabalhos de preparação dos textos agora publicados. Sua empatia e cumplicidade com a temática desse estudo contribuíram em muito com a conclusão do mesmo em meio às exigências da rotina acadêmica.

Cinquenta anos depois do Vaticano II, a Igreja ainda busca o significado do grande evento; continua perguntando pelo seu verdadeiro propósito e buscando os meios de ser fiel àquelas orientações. Nesse sentido, o último Concílio continua vivo até para aqueles que dele discordam e preferem que nunca tivesse acontecido. Essa pode ser a epopeia hermenêutica de todo texto escrito, sobretudo daqueles que nascem para ser normativos. Eles continuam provocando as gerações seguintes

a buscarem seu sentido para beber de suas riquezas. Mas o Vaticano II, para aquém e para além de seus textos normativos que exigem interpretações, é, antes de tudo, um carisma em curso, uma fonte de onde continuam jorrando sentido e força para a vida da Igreja nos tempos de crise da modernidade, de busca de novos parâmetros para a convivência humana planetária e para a sobrevivência do próprio planeta. E nessa fonte se encontram o carisma e a norma, uma vez que ela lança a Igreja para duas direções inseparáveis: a sua própria origem no mistério salvífico e sua inserção no mundo atual. No mesmo mistério do Deus que cria-salva descendo até nós e elevando-nos até ele se inserem o mundo e a Igreja. O papa Paulo VI comparava o Vaticano II à fonte de um rio que, desde então, corre para o futuro. As singelas reflexões que vêm a seguir querem, antes de tudo, beber dessas águas e convidar os leitores a fazerem o mesmo.